

Elites agrárias e modernização em Minas Gerais: notas para reflexão

Maria Eliza Linhares Borges**

Abstract

The article studies the actions of the elite of Minas Gerais (especially the coffee culture), in one specific moment in the construction of Brazilian Modernity: the period since the end of the 1920's until the "Estado Novo", a period of transition from the agro-exportation order to the urban-industrial order.

Key Words: Minas Gerais; Elite; Estado Novo.

Resumo

O estudo da ação das elites mineiras, da cafeeira em especial, em um momento específico da construção da modernidade brasileira: o período que vai do final dos anos 1920 até o Estado Novo, período este de transição da ordem agrário-exportadora para a urbano-industrial.

Palavras-chave: Minas Gerais; Elite; Estado Novo.

Ao privilegiarmos a ação de uma fração da oligarquia no processo de modernização regional, cremos estar contribuindo para ampliar o quadro explicativo sobre esta temática. A grande maioria dos estudos sobre a modernização brasileira, tem jogado luz sobre suas variáveis urbanas. Grosso modo, pode-se dizer que as explicações dos impasses e das conquistas da modernização, específicos do universo rural, têm sido objeto de poucas, ainda que significativas, análises¹.

* Este texto é parte de um estudo preliminar para uma tese de doutoramento.

** Prof^a do Departamento de História da UFMG.

¹ Apenas para citar alguns estudos já clássicos nesta área, ver: MARTINS, J. S. Capitalismo e Tradicio-

Direta ou indiretamente, a temática das elites tradicionais mineiras tem sido abordada sob diversos ângulos analíticos. A atenção principal dos estudos já realizados recai sobre o período da Primeira República². Pouco se conhece sobre a participação das elites agrárias no processo de mudança social ocorrida no momento subsequente.

Como assinalamos acima, nosso estudo enfatiza o pós-1930. Se, por um lado, este período não significa uma ruptura com o anterior, por outro, apresenta elementos novos, tanto no que se refere à ação das classes tradicionais e emergentes, quanto ao papel do Estado. A institucionalização de um mercado político ampliado, no pós-1930, se faz sob a coordenação de um Estado em franco processo de autonomização.

Ao analisarmos as articulações entre velhos e novos interesses, bem como as destes para com o Estado, estaremos contribuindo para melhor compreender e explicar por que a opção de modernização e desenvolvimento de Minas é, simultaneamente, específica e geral. Isto é, por que Minas Gerais, guardando suas especificidades, foi, assim mesmo, parte de um processo mais amplo de modernização.

Nossa hipótese é a de que Minas se enquadra em um modelo de modernização e desenvolvimento típico da “revolução pelo alto”. Vale dizer, um processo de mudanças, fundado na predominância de fatores políticos sobre os de mercado.

Na primeira parte do trabalho, será dada ênfase aos procedimentos teórico-metodológicos que norteiam a construção do objeto de análise. O objetivo principal será responder a uma questão hoje

nalismo. São Paulo: Pioneira, 1975; VELHO, Otávio. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1976; REIS, E. M.P. The agrarian roots of authoritarian in Brazil, 1888-1930. Tese de doutoramento. Massachusetts Institute of Technology, 1979.

² LIMA, J. H. Café e indústria em Minas Gerais, 1870-1920. Petrópolis: Vozes, 1981. MARTINS, A. V. A economia política do café com leite, 1900-1930. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. FARIA, M. A. A política da gleba (as classes conservadoras mineiras: discurso e prática na Primeira República). São Paulo: USP, *Tese de doutoramento*, 1992. PIRES, A.. Capital agrário, investimento e crise da cafeeicultura em Juiz de Fora (1870-1930), e VISCARDI, C. M. R. Elites Políticas Mineiras: entre a conciliação e a mudança (1870-1924). ANAIS IX Encontro Regional da ANPUH-MG, Juiz de Fora, CNPq/FAPEMIG/UFJF, 1994, p. 314-321; 359-366, respectivamente.

levantada sobretudo por aqueles que se dedicam à pesquisa histórica. Há, nesta área do conhecimento, uma forte preocupação com relação aos estudos calcados em conceitos como modernização, transição e desenvolvimento; em suma, com as categorias pertencentes às teorias sobre mudança social, em geral, e com os construtos que abarcam os estudos sobre modernização, em particular. Buscaremos refletir, em primeiro lugar, os problemas contidos nas matrizes teóricas destas categorias, e, em segundo, apontar os avanços teóricos relativos às análises sobre temática da modernização, onde aquelas categorias conceituais acham-se livres de seus antigos conteúdos determinísticos e etnocêntricos.

Na segunda, será estudada a atuação política da liderança da elite cafeeira de Minas Gerais. Objetivamos, especificamente, mostrar como e por que uma dada forma de articulação entre tradição e modernidade pode definir a adoção de um caminho para a modernização e o desenvolvimento em uma dada realidade social. O caso de Minas Gerais será analisado como expressão de uma evidência do modelo de modernização pela via da “revolução pelo alto”. Pretendemos, por um lado, ilustrar o conjunto de estudos que visa refletir sobre os desdobramentos sociais e políticos da modernização autoritária e, por outro, trazer à tona as particularidades mineiras deste processo mais amplo. As possíveis explicações do processo nacional de modernização e desenvolvimento dependem, em grande parte, do conhecimento do papel que as diversas regiões geo-econômicas e políticas, desempenham na modelagem de um tipo de modernização e desenvolvimento.

A articulação entre tradição e modernidade

Desde meados da década de 1920 o Brasil é palco de um conjunto de mudanças que apontam para a ampliação e modificação do mercado sócio-político, com a incorporação de novos e diferentes segmentos sociais; um visível processo de diferenciação no universo das

elites dirigentes nacionais e regionais, marcado pelo crescente número de associações e entidades representativas dos diversos interesses dos setores dominantes; um Estado que afirma seu processo de relativa autonomização, através da constituição de uma burocracia pública, da definição de uma política fiscal própria e do exercício do monopólio sobre os meios de repressão; etc.

Este conjunto de transformações carecia, ainda no início dos anos 30, de um contorno definido. Ou seja, convivia com o início da recuperação de setores tradicionais, como o café, fortemente abalado pela crise de 1929³. Diante deste complexo quadro de mudanças e continuidades, sentimentos de angústia e de incerteza alojam-se nos espaços de tranqüilidade e de certeza dos setores dominantes tradicionais. Quebram-se suas seguranças quanto ao seu papel e ao seu lugar, no futuro por construir.

Por desconhecer a extensão e a natureza das mudanças em curso, as oligarquias rurais deparam-se com um grande desafio. Sentem ser hora de mudar as táticas de defesa de seus interesses. A demanda por mais espaço no bloco de poder, por parte das lideranças da elite urbana, indica-lhes a impossibilidade de continuar a operar politicamente apenas com base nas táticas políticas saídas do sistema coronelista. Ainda que a nova composição social do mercado político — institucionalizada no pós-1930 — tenha deixado intacto o poder local dos proprietários rurais como um todo, os desdobramentos da crise de 1929 criaram, em Minas Gerais, um clima propício à retomada da antiga idéia da vocação agrícola do estado, fundada na defesa da policultura. Nesta medida, as elites cafejeiras viram-se diante da real possibilidade de perder sua situação de privilégio, fiscal e creditício. Se, ao invés da continuidade da política de defesa permanente do café, as futuras administrações estaduais passassem a traduzir em políticas econômicas o conjunto das demandas vindas do campo e das cidades, o futuro do setor cafeeiro poderia vir a ser fortemente abalado.

³ ABREU, M. P. Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

A permanência do tratamento privilegiado, dispensado pelo Estado, à elite cafeeira acha-se, pois, ameaçada, seja no plano urbano, seja no rural. No entendimento da liderança do setor cafeeiro, seu principal desafio era o de encontrar uma maneira de se adequar às mudanças em curso, e, simultaneamente, manter seus antigos privilégios.

Esta questão não é específica das elites agrárias de Minas Gerais e tampouco do Brasil. É parte de um processo mais amplo; remete-nos às várias e diferentes experiências de construção da modernidade. Caracteriza todo um conjunto de problemas vividos pelos setores tradicionais na passagem do *ancién régime* para o mundo moderno, bem como do desenvolvimento deste. Compreender e explicar este processo, nas diferentes realidades sociais, tem sido uma das preocupações fundamentais dos estudiosos das mudanças sociais, típicas de processos de modernização. Suas singularidades se encontram na variação das formas de articulação entre tradição e modernidade, vivida pelos diversos atores sociais envolvidos na construção de suas experiências de modernização.

Ao pousarmos nosso holofote analítico na ação de uma fração da elite agrária mineira — a elite cafeeira —, temos em mente explicar a natureza de sua participação no processo de transição da ordem agrário-exportadora para a urbano-industrial. O estudo do caso de Minas Gerais, aqui proposto, não se esgota em si mesmo. Ao contrário, tem no horizonte uma preocupação mais ampla, ou seja, visualizar outros casos de modernização. Trabalhando nesta perspectiva comparativa, ainda que indiretamente, poderemos trazer à tona as particularidades de nossa unidade de análise, sem contudo, perder de vista sua dimensão generalizante⁴.

Ao lançarmos mão da teoria da modernização, calcados, de um lado, no emprego do par especificidade-generalidade e, de outro, na idéia de articulação entre tradição e modernidade, estaremos nos

⁴ COLLIER, D. El método comparativo: dos décadas de cambio. In: SARTORI, Giovanni MORLINO, L. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, pp. 51-80.

distanciando das distorções e dos perigos oriundos das teorias clássicas de modernização — liberal ou marxista, herdeiras do século XIX.

Concebidas para explicar processos de mudança típicos da construção do mundo moderno, numa perspectiva excessivamente generalizante, estas teorias tenderam a criar uma espécie de “fórmula mágica” capaz de abarcar todo e qualquer caso de modernização. Tal concepção de modelo explicativo acabou por reificar o real⁵. Criou uma “explicação” de mão única. Não foi capaz de explicar, por exemplo, a existência de diversas vias de entrada para o mundo moderno; impossibilitou a construção de construtos analíticos voltados para um menor número de casos, e, sobretudo, reforçou a crença na linearidade e na unicidade do progresso. A natureza altamente estruturante do modelo tornou-o evolucionista e determinista; ao basear-se nas experiências pioneiras de construção do mundo moderno — Inglaterra, França e Estados Unidos da América —, permitiu que a diversidade do real desse lugar à homogeneidade, que o múltiplo fosse reduzido ao uno.

Preocupados fundamentalmente em trazer à tona as singularidades dos processos históricos, os historiadores, sobretudo, têm feito severas críticas quanto ao emprego de conceitos como modernização, transição, desenvolvimento, etc. Ainda que em outra perspectiva, pode-se observar um conjunto de críticas ao uso das teorias clássicas da modernização, por parte de cientistas sociais especializados em problemas de mudança social, em geral, e na temática da modernização, em particular⁶. O que nem sempre se esclarece é que os perigos e os equívocos contidos em estudos desta natureza, advêm não das categorias enquanto tais, mas da forma como os construtos

⁵ BEINDIX, R. Tradition and Modernity. In: *Nation-Building and Citizenship*. Berkeley: University of California Press, 1977.

⁶ Apenas para citar os mais clássicos, ver: MOORE, B. *Origens da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, s/d; BENDIX, R. *op. cit.*; TILLY, C. Reflections on the History of European State-Making. In: *The formation of National States, in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975; SKOCPOL, T. *Los Estados y las revoluciones sociales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

teóricos são concebidos.

O fato de tais teorias trazerem em si conotações etnocêntrica, evolucionista, unilinear, etapista e teleológica⁷, é decorrente da montagem de um construto com vistas à universalidade, isto é, a um tipo de generalização calcado na fórmula “todo ... qualquer”. Argui-se, corretamente, que os analistas que assim procedem, estabelecem critérios de diferenciação, entre o “antes” (tradicional) e o “depois” (moderno), também amplos e genéricos por demais. Além disso, ambas as ordens são concebidas como “entidades” homogêneas, auto-contidas, auto-reguladas, dicotômicas e excludentes. O grau de generalidade almejado é tão extenso que não há como inserir na análise a presença de elementos contingenciais, nem tampouco como valorizar o papel do legado histórico na conformação de uma dada estrutura social. As análises decorrentes da fórmula “todo ... qualquer” impossibilitam a percepção seja das especificidades, seja das similitudes dos casos analisados. Seu produto é tipicamente ideológico; preocupam-se antes com a dimensão preditiva das teorias, que propriamente com seus momentos compreensivo e explicativo.

Variáveis como a industrialização e a urbanização, principalmente, são vistas como portas de entrada para toda e qualquer experiência de modernização. Sempre que ambas ou uma delas estiver presente, crê-se estar diante de uma ordem moderna. Esta, é imediatamente pensada em oposição absoluta à ordem anterior. O real é concebido e construído de forma homogênea, perde seus matizes. Onde a tendência dominante é o universalismo crê-se não haver espaço para o localismo. Quando este se faz presente, é percebido enquanto anomia e não enquanto parte da estrutura social.

Ao concentrar a análise da mudança em apenas um pequeno número de variáveis, de uma mesma natureza, como é o caso das análises baseadas na industrialização e na urbanização, perde-se de vista, por um lado, a possibilidade de se detectar variações no interior

⁷ MOORE, B. *op. cit.* Sobre o emprego da articulação entre tradição e modernidade ver: BENDIX, R. *op. cit.*

de um mesmo padrão de mudança e, por outro, desconsidera-se a possibilidade de explicar certas realidades sociais cuja porta de entrada no mundo moderno foge ao padrão concebido pelo modelo⁸.

Ora, dependendo do *timing* e da seqüência dos acontecimentos de uma determinada realidade social, outro é o conjunto de variáveis a explicar a natureza das mudanças. Fatores de natureza militar, política, cultural e/ou simbólica, podem funcionar como cabeça de lança de uma cadeia maior de impulsos e motivações que explicam a passagem de uma ordem a outra. Tanto uma quanto outra devem ser vistas como fruto do jogo, assimétrico, entre tradição e modernidade, nunca como ordens dicotômicas e excludentes. O peso maior ou menor da tradição ou da modernidade, bem como o tipo de articulação entre ambas ao longo do processo de mudança, vai depender da conjugação entre legado histórico e adoção dos indicadores de mudança. Este cuidado metodológico possibilita a percepção de vias diferenciadas de modernização e desenvolvimento. Isto porque o entendimento das estruturas sociais é feito em seus próprios termos e não enquanto fruto de etapas de transição, estabelecidas *a priori*, de um modelo a outro.

O conhecimento de casos como os do Japão, da Alemanha, da Itália, da Espanha, Brasil, etc., tem, de um lado, permitido rever e criticar as leituras evolucionistas, deterministas, etapistas e etnocêntricas, decorrentes da adoção de um modelo único de modernização.

⁸ Trabalhando em uma perspectiva diversa da fórmula "todo ... qualquer", Barrington Moore estrutura seu estudo sobre as diferentes vias de entrada no mundo moderno utilizando a fórmula "se ... então". Com esta variação metodológica, procura estabelecer parâmetros para se pensar as variações de um fenômeno global: a modernização. A adoção desta última fórmula, não lhe impede de trazer à tona as singularidades existentes dentro de um mesmo grupo de famílias. Tanto os casos de modernização pela via da revolução burguesa (Inglaterra, França e EUA), quanto os de modernização pela via prussiana (Japão e Alemanha), são concebidos em seus próprios termos. Se há, por um lado, a preocupação com o estabelecimento de linhas de regularidades entre as unidades de análise, por outro, não se perde de vista suas singularidades. O estudo do caso da Índia, classificado pelo autor como uma possível quarta via, é um exemplo de que quando necessário, sequer há que se trabalhar segundo a fórmula "se ... então". Nestes casos, a análise individualizada toma-se o melhor caminho para explicar o que se pretende. Como bem mostra o autor, a porta de entrada da Índia no mundo moderno não se faz nem pela modernização econômica (industrialização e urbanização), nem pela modernização social (mobilidade social) e sim pela modernização política.

E, de outro, possibilitado a construção de diferentes tipologias de modernização e desenvolvimento.

Através da valorização da variável atraso econômico, por exemplo, pode-se trabalhar com diferentes experiências de modernização, numa perspectiva generalizante, sem contudo cair nas armadilhas “analíticas” oriundas do modelo único⁹. Um dos méritos das análises sobre casos de modernização em situação de atraso econômico tem sido chamar a atenção para o papel relevante da variável política no processo de mudança. Com isto, pode-se explicar, por exemplo, como os setores tradicionais modernizam suas unidades de produção, adotam padrões de organização social tipicamente classistas, etc., sem que isso resulte na perda de seus privilégios sociais e políticos. Os casos de modernização inseridos nesta tipologia, têm sido chamados de modernização pela via prussiana ou de revolução pelo alto¹⁰.

Ao se trabalhar nesta direção, conceitos como os de modernização, desenvolvimento, transição, etc., são historicizados, perdem toda a conotação unilinear, determinista e teleológica. As variáveis tempo e espaço integram o conjunto da análise não apenas como marcos cronológicos e geográficos. Ao contrário,

⁹ Sobre isso ver: BENDIX, R. *op. cit.*, GERCHENKRON, A. *El atraso económico en perspectiva histórica*, Barcelona, Ariel, 1968 e *Bread and Democracy in Germany*. New York, Howard Fertig, 1966.

¹⁰ Para uma visão global e crítica dos diversos estudos clássicos sobre as diferentes vias de construção do mundo moderno, ver: REIS, E. M. P. *Sociedade agrária e ordem política. Dados*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, n. 3, v. 23, p. 275-296; Para os casos específicos de modernização de países em situação de atraso econômico ver: GERCHENKRON, A., *op. cit.* p. 11-38. Segundo este autor, integram estes casos o seguinte conjunto de variáveis: possibilidade de utilização da tecnologia já disponível no mercado internacional; a escassez e a dispersão do capital, o qual gera desconfiança em relação às atividades industriais, criando com isto um conflito campo/cidade; escassez de talentos empresariais; papel desenvolvido pelo sistema bancário no processo de alocação de recursos necessários ao desenvolvimento industrial e o papel desempenhado pelo Estado, seja na coordenação, seja no gerenciamento da economia. Estas e outras variáveis, específicas de cada caso, interagem com uma ideologia onde o nacionalismo e a industrialização são faces de uma mesma moeda. Ao enfatizar a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento, o analista estará centrando sua explicação na articulação assimétrica entre tradição e modernidade. Isto é, o processo de mudança é entendido como fruto da combinação entre “constrangimentos” históricos - próprio do legado histórico de cada estrutura social - e escolhas sociais concretas.

são pensadas também enquanto dimensões sociais, políticas, culturais e simbólicas, cuja interação é conflitiva e assimétrica. Ao se conceber os processos de transição, bem como os períodos posteriores, nesta perspectiva, o analista pode explicar seu objeto de análise livre dos perigos da funcionalidade do conhecimento. A caracterização do “antes” — tradicional — e do “depois” — moderno —, por certo necessária, não se faz de forma dicotômica e excludente. Como bem diz Bendix, as sociedades variam “... não apenas no grau de universalismo ou particularismo, mas também no tipo deles. É provável que nenhuma sociedade exista sem alguns dos elementos dos extremos desse contínuo”¹¹. Isto quer dizer que, se, por um lado, a presença de fenômenos de natureza particularista, marca das ordens tradicionais — são indicadores de tradição —, por outro, esta mesma ordem comporta fenômenos de natureza universal. O mesmo princípio pode ser observado para as análises sobre ordens modernas. Nesta medida, pode-se sustentar que os estudos de caso permitem melhor enxergar a natureza e o tipo de combinação entre os elementos do “antes” e do “depois”; a comparação entre ambos há de respeitar o *timing* do processo e a seqüência dos acontecimentos. O conhecimento das singularidades da unidade de análise em questão, permitirá, ao analista, escapar das “explicações” determinísticas e evolucionistas que têm caracterizado os estudos baseados nas teorias clássicas da modernização¹². O estudo que se segue é, antes de mais nada, uma tentativa de trabalhar nesta perspectiva.

Elites agrárias: tensão e conflito na construção do futuro

¹¹ Sobre isso ver: BENDIX, R. *op. cit.* pp. 391.

¹² Adotaremos aqui os conceitos de modernização, industrialização e desenvolvimento propostos por BENDIX, R. Por modernização entende-se “o conjunto de mudanças sociais e políticas que acompanham a industrialização; por desenvolvimento, entende-se a combinação desigual entre industrialização - mudanças econômicas - e modernização”. Chamamos de transição a um período caracterizado por mudanças de natureza estrutural.

Em 1930 Minas possuía 215 municípios, dos quais apenas vinte, quase todos localizados na região central, não pertenciam ao rol dos municípios cafeeiros¹³. Em que pese a hegemonia da atividade cafeeira, cuja maior concentração acha-se nas zonas da Mata e do Sul, a produção de cana-de-açúcar, milho, arroz, fumo, feijão, algodão, frutas, bem como a atividade pecuária, bovina principalmente, compunha o outro lado do cenário rural mineiro. Neste momento, a quase totalidade das propriedades agrárias é dirigida diretamente por seus proprietários; um número pequeno de fazendas acha-se a cargo de administradores, e outro, ainda menor, é explorado sob a forma de arrendamento. Nas regiões mais produtivas, como a Zona da Mata e o Sul de Minas, o trabalho assalariado — mensal ou por jornada — predomina sobre o sistema de meia e/ou parceria¹⁴.

Estes dados indicam que a maior parte dos proprietários rurais encontra-se radicada no interior do estado. Os inúmeros centros de lavradores e criadores municipais — promotores de freqüentes encontros e reuniões entre municípios e sempre presentes na Semana do Fazendeiro anualmente realizada na Escola Superior de Agricultura de Viçosa — são uma evidência de que a monotonia e a apatia não são os componentes da vida sócio-política local. Estes centros funcionam como um canal municipal de manifestação dos interesses das lideranças locais. São um elo entre o município e a capital, entre as demandas locais e as propostas de política agrícola debatidas, discutidas e veiculadas a nível estadual, pela representação política e pelas lideranças rurais concentradas, estas, na Sociedade Mineira de Agricultura (SMA), desde 1909.

As mudanças na composição do mercado político, em curso desde meados dos anos 20 e institucionalizadas no pós-30, aliadas às

¹³ BOLETIM de agricultura, zootecnia e veterinária. *À margem do censo cafeeiro*, Anno III (5/6):86-90, 1930.

¹⁴ Sobre o perfil da economia rural mineira ver a seção "Lavoura e criação nos municípios mineiros", publicada entre 1928 e 1936, no *Boletim de Agricultura, zootecnia e veterinária*. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura, Oficinas Gráficas da Estatística.

alterações da política de defesa permanente do café, iniciadas em 1924 com a estadualização dos órgãos de defesa do produto, são fatores, dentre outros, a contribuir para a alteração das relações entre os diversos Centros municipais de lavradores e criadores mineiros e sua representação nas duas Casas do Legislativo mineiro, na SMA e no recém-criado Instituto Mineiro de Defesa do Café (IMC).

Se ao longo da Primeira República as relações entre e intra-elites dirigentes mineiras pautaram-se mais pela integração que pelo conflito, o pós-30 é marcado pela quebra dessa regularidade. A expressão “classes conservadoras mineiras”, cunhada pelas próprias elites e usada como sinônimo de coesão, integração e harmonia entre os interesses agrários e urbanos, já não mais se adequa à nova realidade. Há neste momento uma clara diferenciação dos interesses específicos dos diversos segmentos das elites mineiras.

No que tange às elites agrárias, em geral, a grande questão a ser respondida, naquele momento, era: como participar da composição do novo mercado político sem perder a situação de ator privilegiado no bloco de poder.

Internamente, no entanto, as lideranças destas elites divergem quanto ao caminho a ser trilhado para a concretização deste fim. De um lado, os cafeicultores, representados pelo IMC, pretendem o estabelecimento de uma parceria com o Estado, através do cooperativismo, com o objetivo de reativar a economia cafeeira, garantindo a seus produtores a continuidade de sua situação de privilégio, fiscal e creditício, no aparato estatal. De outro lado, a SMA, representante dos interesses agropecuários em geral, retoma e moderniza a tese vocação agrícola de Minas Gerais — defendida no Congresso de 1903 —. Sua intenção é dar continuidade ao projeto da policultura, visto desde o início da República, como o definidor da identidade mineira. Em função destes interesses criam-se zonas de relativa tensão e conflito intra-elites agrárias.

Acha-se em questão a disputa por dois projetos e/ou modelos

de desenvolvimento para Minas Gerais — a policultura, de um lado, e, de outro, a monocultura, ambos revigorados pela adoção de uma política agrícola capaz de dinamizar a produção e a comercialização dos produtos —. Ambos projetos fundavam-se na idéia de que a conformação do futuro deveria centrar-se na revalorização das forças econômicas, sociais e políticas tradicionais.

A disputa entre estes dois projetos envolveu, por sua vez, dois canais de representação dos interesses rurais: de um lado, a SMA, representante dos diversos interesses agropecuários do estado, do café inclusive; de outro, o IMC, órgão autônomo de representação exclusiva dos interesses cafeeiros. Ambos canais de representação dos interesses das elites agrárias disputavam entre si tanto o apoio dos diversos centros municipais de lavradores e criadores, quanto da Secretaria de Agricultura.

Para que possamos entender os desdobramentos dessa racionalidade das elites agrárias mineiras, de combinar e/ou articular meios modernos (defesa e organização dos interesses específicos dos diversos setores da agricultura, modernização técnica e econômica do setor agropecuário) a fins tradicionais (manutenção dos privilégios do setor agrícola na nova configuração do mercado político), torna-se necessário conhecer e compreender as estratégias adotadas por suas lideranças.

O Instituto Mineiro do Café: Autonomia e Privilégios

Entre os meses de maio a agosto de 1933, o periódico do Instituto Mineiro de Defesa do Café — *Lavoura Mineira* —, publica uma série de reportagens que sinalizam mudanças no comportamento político do setor cafeeiro mineiro. De um lado, este veículo de expressão e comunicação desta fração das elites dirigentes de Minas Gerais, conclama “... o lavrador mineiro” a

... tomar parte naquilo que é seu de pleno direito, prestigiando a sua associação, livre e autônoma, que é o Instituto Mineiro do Café;

e, de outro, enfatiza que,

“(...) só pela organização em classe [o lavrador] estará integralizado na diretriz

sócio-econômica do nosso século e poderá ser aquilo que merece e deve ser: uma força histórica trabalhando para o futuro da nacionalidade¹⁵. (grifo nosso)

Este e outros discursos semelhantes têm endereço certo. Destinam-se, tanto aos cafeicultores, considerados por sua liderança como representantes da agricultura mineira; quanto aos comerciantes do produto, vistos como “responsáveis pela situação de penúria em que se encontram os cafeicultores do estado”.

Segundo a liderança do IMC, a defesa dos interesses específicos do café — através de um órgão, livre e autônomo, — era uma necessidade. Naquele momento, os intermediários “egoisticamente em defesa de seus próprios interesses” reuniam-se no Centro de Comércio do Café, enquanto os moedores e torradores de café acabavam de criar seu sindicato. A citação abaixo é exemplar para indicar por onde caminhavam os temores da liderança cafeeira.

“... de par com esta revolução vinda do alto, tem-se operado entre nós a revolução vinda de baixo, a sindicalização sem incentivo oficial, movida somente pelo desejo de defesa dos próprios interesses. (...) Há fogo por todo o front. É necessário, pois, tomar posição. Cumpre ao lavrador organizar-se para a defesa e para o ataque¹⁶. (grifo nosso)

A visão de que há “fogo por todo o front” e de que o presente comporta tanto a “revolução vinda do alto”, quanto a “revolução vinda de baixo”, indica, por um lado, que a elite cafeeira encontra-se atenta aos possíveis desdobramentos das mudanças em curso, e, por outro, atesta seu grau de incerteza quanto aos futuros desdobramentos destas transformações que pontuam o agora. Para serem uma “força histórica” capaz de garantir a si mesmas aquilo que “merecem ser” e aquilo que “devem ser”, seria necessário, que as mudanças no país e no estado não enveredassem pelo caminho da “revolução vinda de baixo”. A saída mais viável seria restringir o embate político ao universo das elites dirigentes. Esta seria a única politização aceitável do

¹⁵ A Lavoura Organizada. *Lavoura Mineira*. Rio de Janeiro: 9-5-1933, p. 1. Sobre esta mesma temática publicada neste periódico, veja também: Organização da classe ou partido político, 14-5-1933, p. 1; O dia da caça, de 24-5-1933, p. 1; “A lavoura e a representação política das classes”, 27-7-1933, p. 1.

¹⁶ A lavoura organizada. *Lavoura Mineira*. 9-5-1933, p. 1.

mercado. E isto era consenso entre as elites. Aliás, fora com este objetivo que haviam apoiado o movimento político de outubro de 1930. A clássica frase de Antonio Carlos, “ façamos a revolução antes que o povo a faça”, é a expressão mais clara da consciência das elites dirigentes quanto a necessidade de se manter o padrão de dominação vigente até então.

Conclama, assim, a totalidade dos produtores de café a participar mais ativamente da vida de sua organização específica, o IMC, bem como a defender as teses do IV Congresso dos Lavradores Mineiros, realizado em Cambuquira em abril do mesmo ano¹⁷.

Através do cooperativismo, entendido como uma espécie de parceria entre interesses privado e público, a liderança do IMC entende ser possível modernizar o setor, torná-lo menos refratário ao controle estatal; neutralizar o papel das Casas de Exportação, responsabilizadas pela situação de descapitalização da agricultura (leia-se da cafeicultura)¹⁸, e, com isso manter a antiga correlação entre hegemonia econômica e hegemonia política.

Com estes propósitos, a liderança do IMC realiza, em abril de 1933, em Cambuquira, seu IV Congresso de Lavradores. Segundo ela,

a anarquia econômica somente poderia ser controlada através do cooperativismo, pois este, tem a vantagem de se coadunar maravilhosamente com a economia particular e evitar a influência direta do governo, e conseqüentemente, da política, naquilo que ela tem de recorrente dos erros anteriores. (...) O cooperativismo é mesmo a orientação da lavoura mi-

¹⁷ As principais teses deste Congresso, reunido em Cambuquira entre 15 e 17 de abril de 1933 e contando com a representação de 181 municípios das regiões da Mata, do Sul e do Noroeste do estado, foram: 1) exigência de facilidade de crédito ao agricultor; 2) facilidades de embarque do produto; 3) liberdade de comércio e liberdade de ação para o Instituto. Autonomia do órgão para ampliação dos mercados existentes e criação de novos mercados no exterior; 4) fim das intervenções oficiais na estrutura interna do Instituto; 5) defesa do cooperativismo; 6) diminuição das taxas de impostos cobrados no embarque do café. Ver: As teses de Cambuquira. *Lavoura Mineira*. Rio de Janeiro: 20-4-1933. pp. 1.

¹⁸ PIRES mostra que o problema da descapitalização na cafeicultura no município de Juiz de Fora é menos real do que o propalado por suas lideranças. Ver suas análises sobre a relação entre café e sistema financeiro em JF na Primeira República, em PIRES, A. A emergência do sistema financeiro na economia agroexportadora da Zona da Mata de MG, 1889-1929. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1995. p. 23-39.

neira através do seu Instituto do Café¹⁹.

O que se propõe deve ser entendido à luz, tanto das novas demandas das outras frações das elites dirigentes — rurais e urbanas —, quanto das próprias alterações na condução da política de defesa permanente do café.

Em 1924, o governo federal transfere a responsabilidade do programa de valorização do café para o governo paulista. O recém-criado Instituto de Defesa Permanente do Café de São Paulo passa a gerir a política do café, contraindo empréstimos no exterior até 1931, quando o governo central reassume a coordenação dos programas de valorização do café, através do então criado Conselho Nacional do Café²⁰. A vida do Instituto Mineiro de Defesa do Café está sendo estruturada exatamente neste período.

Criado em 15 de abril de 1929, decreto n. 9.028, com o objetivo de regulamentar o escoamento das safras, o Instituto Mineiro de Defesa do Café permanece até 1931 como uma repartição oficial do Estado. Em abril de 1932, torna-se, como diz seu diretor Jacques Maciel, uma fundação mantida com “as rendas” advindas da produção e comercialização do café. Neste momento em que a coordenação da política cafeeira sai do controle dos estados e passa para o Conselho Nacional do café, o IMC recebe do governo de Minas toda a infra-estrutura criada, ao longo da República Velha, para gerir a atividade cafeeira.

São repassados ao IMC, a Companhia Cafeeira de MG, a Companhia de Armazéns, o Banco Mineiro do Café²¹ e um jornal, o *Lavoura Mineira*. Desde então, fica a cargo do órgão gerir toda a política de produção da *coffea arabica*. Para tal, a diretoria do órgão

¹⁹ Estatismo e cooperativismo. *Lavoura Mineira*. n. 2, 16-05-1933. pp. 1.

²⁰ REIS, E. M. P. “A política cafeeira e interesses de classes (a situação do grupo cafeeiro frente ao Estado, a partir dos anos 50)”. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1972. (mimeog.) p. 13-20; FRITSH, W. Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *op. cit.* pp. 55-7.

²¹ LINNEO. Instituições financeiras de Minas Gerais, 1819-1994. Belo Horizonte: 1995. (mimeog.). p. 17 e 173.

conta com um Conselho de Lavradores, o qual se encarrega de intermediar as demandas dos produtores junto ao Conselho Nacional do Café. Em 1933, por ocasião do IV Congresso dos Lavradores Mineiros de Cambuquira, cogita-se também da criação de uma cooperativa de exportação. Efetivamente, o repasse, pelo Estado, ao IMC, das taxas e impostos do café propiciava-lhe custear as despesas do próprio Instituto, além de iniciar uma nova política de financiamento dos cafeicultores e de incentivar uma política de melhoria do produto, através da venda — a preço de custo — de maquinário necessário ao beneficiamento do produto²².

Toda esta máquina administrativa é gerida com um único fim: reinvestir no café, e apenas no café, os lucros de sua produção e comercialização.

Esta atitude corporativa da liderança do IMC é imediatamente rebatida pela liderança da SMA. Torna-se o pomo da discórdia entre ambas frentes de representação dos interesses das elites agrárias em Minas.

Na tentativa de fazer com que o Estado assumisse o projeto da policultura, a SMA procura, a partir daí — ano de 1933 —, capitalizar o apoio dos centros municipais de lavradores, dirigidos por cafeicultores. Contou para isso com a conjugação de uma série de fatos de ordem externa e interna à realidade mineira. Vejamos.

Em fevereiro de 1933, portanto antes da realização do IV Congresso do IMC, o chefe do Governo Provisório pusera fim ao Conselho Nacional do Café, criado a partir das demandas dos 4 principais estados cafeeiros. Para substituí-lo, cria, sem consulta prévia aos institutos estaduais do café, o Departamento Nacional do Café e o vincula ao Ministério da Fazenda²³, Decreto nº 22.452 de 10 de fevereiro de 1933.

²² BESSA, A. L. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Belo Horizonte: Sec. do Estado da Fazenda, 1981, p. 274 (Coleção do Arquivo Público Mineiro, n. 4, v. 1).

²³ O decreto criando o Departamento Nacional do Café. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 16/2/1933, pp. 2.

Esta medida de “re-estatização” da política nacional do café, coincide com a queda das exportações do café mineiro — em 1936 de 36,31% do total das exportações do estado, contra 60,5% em 1929 —; com a morte do Presidente Olegário Maciel, franco apoiador do IMC, e com a decisão da direção do IMC de cobrar a taxa de hum mil réis por saca de café da cota de livre negociação. Os diversos centros municipais de lavradores, dirigidos por cafeicultores, colocaram-se imediatamente contrários a esta medida²⁴.

Diante deste quadro de insatisfação de uma boa parcela dos cafeicultores e da vacância do governo mineiro, a SMA alia-se ao Centro de Lavradores Mineiros de Juiz de Fora — dirigido exclusivamente por cafeicultores do município — e ao Centro de Comércio do Café do Rio de Janeiro e promove em julho de 1933, em Juiz de Fora, um Congresso de Lavradores Mineiros²⁵. Entre os dias 18 e 19 de julho, dirigiram-se para a “Manchester Mineira” representantes de interesses cafeeiros das diversas regiões do estado, sobretudo da Mata e do Sul de Minas. Estas lideranças municipais, animadas pela SMA, passam a pleitear a “eliminação do IMC”. Até o final do ano de 1933, vários congressos regionais foram promovidos por Centros de Lavradores — leia-se cafeicultores — do estado. Todos eles pleiteavam o fim do IMC em meio aos protestos contra a política cambial adotada pelo Governo Provisório e a transferência dos assuntos do café para o Ministério da Fazenda.

Toda esta mobilização dos cafeicultores que se aliaram a SMA — interessada na defesa do projeto da policultura e no restabelecimento de suas relações com o Palácio da Liberdade e com a Secretaria da Agricultura —, redundou de imediato na cassação da autonomia do IMC, em 1934. O já nomeado interventor de Minas, Benedito Valadares, convida para dirigir o IMC o engenheiro, industrial,

²⁴ Observe-se que 40% da safra de cada estado era vendida ao Dept Nacional do Café, os 60% ficavam à exportação. Sobre estes recaía um imposto de 3% por saca, destinado ao IMC.

²⁵ Sobre este evento ver: O Grande Congresso da lavoura mineira. A lavoura mineira e seus anseios de liberdade. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: n. 12.341, 18/7/1933. p. 1 e 2, respectivamente. Lavoura mineira ao lado do Instituto Mineiro de Café. *Lavoura Mineira*. n. 56, 17/7/1933. pp. 1 e 3.

banqueiro e cafeicultor Dr. Ormeu J. Botelho. Esta nova gestão dura apenas alguns meses. Em meados do ano seguinte o então presidente do IMC se demite. Sob a alegação de que

... nossa atuação se assinalou, em primeiro lugar, pela cassação da autonomia do Instituto Mineiro do Café, que até então orientava de modo autônomo, todos os negócios cafeeiros de Minas e dispunha dos maiores impostos e taxas estaduais, a ele transferidos com grande desequilíbrio na situação de nossas finanças²⁶.

Benedito Valadares transforma o IMC em uma Seção do Café, subordinada à Secretaria das Finanças e não mais à Secretaria da Agricultura.

Nem a modernização do IMC e nem a tentativa de fortalecimento do setor cafeeiro frente as demais lideranças agrárias, foram capazes de permitir que os cafeicultores mantivessem a continuidade da correspondência entre hegemonia econômica e política, característica de toda a Primeira República. Os cafeicultores foram, de imediato, os primeiros a sofrerem com as mudanças em perspectiva do esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente até então. Mudança, esta, não percebida nem pela liderança do IMC e nem pela da SMA. Conforme atesta um estudo sobre as Constituintes mineiras,

A indústria (...) não foi discutida na Constituinte. Este setor da produção que se constituiria com o tempo no eixo do crescimento da economia mineira, não fez parte das cogitações dos deputados. A excessiva atenção que estes deram à agricultura, particularmente ao café, indica que as elites da época estavam muito mais preocupadas com a restauração do velho modelo econômico (...), do que com a busca de outras opções produtivas. Pensava-se que a crise seria superada dentro de algum tempo e tudo voltaria como antes²⁷.

Uma análise das políticas agrícolas e tributárias das gestões de Benedito Valladares, anteriores ao Estado Novo (1933-36) — a qual escapa aos propósitos deste texto, inclusive por razões de espaço — mostra que o café, sob o controle da Secretaria de Finanças, passa a financiar um amplo projeto de modernização da agropecuária mineira, pela via da policultura. Neste período,

²⁶ Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. ANAIS da 3 Sessão ordinária da 1ª Legislatura da Assembléia do Estado de Minas. 1937. v. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. p. 86.

²⁷ Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de MG, 1989. p. 171.

busca-se encontrar uma alternativa para a crise da economia mineira através da valorização da produção agrícola para o mercado interno. A perspectiva da industrialização, como ponta de lança para a adoção de uma outra via de desenvolvimento regional, ainda não estava posta. É de 1941 o decreto-lei, nº 778, que cria a Cidade Industrial. A reforma tributária que possibilitaria, entre outros, a autonomização do Estado, só tem início após o golpe de 1937. Até então, as mudanças em curso desde meados dos anos 1920, móveis das angústias e incertezas das elites agrárias, da cafeira em especial, apenas indicavam-lhes a possibilidade de perda de sua centralidade no bloco de poder.

Em nenhum momento as idéias de liberdade e autonomia, defendidas pela liderança do IMC, fez com que a mesma pretendesse uma aproximação com os segmentos urbanos das elites mineiras. As lideranças do IMC e da SMA defenderam sua liberdade enquanto grupos corporativos. Seus objetivos eram tipicamente políticos.

Nesta medida, pode-se concluir que a perda da correspondência entre hegemonia econômica e hegemonia política não significou, no pós-1930, a perda dos privilégios sociais e políticos das elites agrárias.

Em que pese a nova configuração do mercado político e a ampliação da esfera de autonomia do Estado, garantida pelo golpe de 1937, foi mantido o poder local dos proprietários. Como disse Victor Nunes Leal, “a legislação trabalhista se detém, com cautela, na porteira das fazendas”²⁸.

²⁸ LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 256.